




# Interesse e desinteresse no magistério oficial paulista (1902-1910)\*

Gilson R. de M. Pereira

Palavras-chave: interesse;  
valores; profissão docente;  
campo educacional.



\* O autor deseja registrar o seu mais sincero agradecimento à professora Denice Bárbara Catani e ao professor Nilson José Machado, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), pelas críticas e sugestões, bem como pelo apoio e orientação na realização desta pesquisa. Eventuais equívocos são de inteira responsabilidade do autor. Este texto é dedicado a Maria da Conceição L. de Andrade. Foi preservada a ortografia original das citações.



**A** partir da análise dos textos publicados na *Revista de Ensino*, publicada pela Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, pretende demonstrar que a alquimia simbólica de se mostrar convenientemente desinteressado e de proclamar o desinteresse adquiriu, para o campo educacional, a forma específica da ocultação do interesse em nome de valores sublimes, expressa numa recusa, ora velada, ora explícita, da dimensão econômica da vida social. Essa foi uma forma de estratégia adequada aos jogos propriamente simbólicos praticados no Estado de São Paulo, durante o processo de constituição e autonomização do campo educacional.

### Introdução

Os textos analisados são artigos, resenhas, contos, poemas, relatórios e notícias gerais publicados na *Revista de Ensino*, editada pela Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, durante os anos de 1902 a 1910. A escolha desse periódico, com o propósito de apreender uma forma específica de estratégia adequada aos jogos simbólicos praticados pelos agentes do campo educacional brasileiro no início do século – forma

específica do desinteresse, manifesta explícita ou veladamente pela recusa do econômico (cf. Bourdieu, 1992, 1994) – deve-se a três razões: em primeiro lugar, porque sendo uma publicação educacional especializada, capaz de refletir, segundo um ponto de vista interno, as diversas posições do campo, é uma "instância privilegiada para a compreensão do funcionamento do campo educacional" (Catani, 1994, p. 46); em segundo lugar, porque o estudo incide sobre uma dimensão pouco conhecida da cultura educacional, ou melhor, as estratégias de distinção social e profissional, os esquemas de percepção e de apreciação que os agentes do magistério acionam para classificar e ser classificados, para celebrar as figuras e fixar os vultos morais, para eleger e transmitir os padrões de excelência profissional do magistério, etc. São, pois, "justamente esses aspectos pouco explorados até o momento (...) que se apreendem de maneira farta nos periódicos" (Catani, 1994, p. 46); finalmente, a escolha da *Revista de Ensino* deve-se, em que pese os altos e baixos, ao sucesso desse periódico, testemunhado por fontes contemporâneas (cf. Escobar, 1933; Oliveira, 1932; Rodrigues, 1930; Silveira, 1929), o que permite supor tanto a qualidade das publicações quanto a sua penetração e representatividade para a época. Trata-se do primeiro periódico educacional de efetiva regularidade de São Paulo, e, além deste pioneirismo, a sua importância pode também ser avaliada pelo desempenho dos seus colaboradores mais assíduos, "professores que, desde aquele momento, militam intensamente pela melhoria da qualidade de ensino, explicitam seus discursos e articulam suas recomendações, fazendo-as circular mediante as revistas" (Catani, 1994, p. 50). Uma quarta razão pode ser adicionada para justificar o período coberto pela pesquisa: trata-se de uma época de delimitação dos espaços profissionais, de diferenciação e autonomização do campo educacional, de construção da rede de escolas, enfim, uma época de fixação das apostas, dos jogos e das regras, da criação de objetos legítimos e legitimáveis pelos quais se bater, e da escolha dos valores e da linguagem legítimos ao campo (cf. Catani, 1989).

As notas, a seguir, pretendem demonstrar para o campo educacional brasileiro, em processo de autonomização, que a alquimia simbólica de se mostrar convenientemente

desinteressado, de proclamar o desinteresse e encobrir o interesse, adquiriu a forma específica da ocultação do interesse em nome de valores sublimes, intangíveis, graves e sacerdotais, geralmente de uma moralidade simultaneamente laica e confessional, forma expressa numa recusa, ora velada, ora explícita, da dimensão econômica da vida social. O roteiro de exposição consiste no seguinte: inicialmente, são apresentadas informações sumárias sobre a *Revista de Ensino* e a Associação Beneficente do Professorado Público, com o objetivo de permitir ao leitor rápido acesso ao ciclo de vida do periódico. Depois, as ambigüidades profissionais do magistério paulista, apreendidas nas matérias da *Revista* em sua primeira fase (1902-1904) e uma tipologia do desinteresse característico do perfil profissional do professorado no período. Após o estudo das ambigüidades identificáveis no ofício dos professores apreendidas na segunda fase da *Revista* (1905-1910), são analisados o interesse e desinteresse a partir da topografia do campo educacional paulista à época.



## A Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo e a *Revista de Ensino*

A *Revista de Ensino* foi publicada no período de 1902 a 1918, durante o qual vieram a lume 64 números. De 1902 a 1904, com o apoio oficial, e de 1905 a 1910, à custa da Associação. Após extinguir-se em 1910, a *Revista* é reeditada de 1911 a 1918, novamente às expensas do Estado. De 1902 a 1910, apareceram 37 números da *Revista*. No relatório apresentado em Assembleia-Geral, referente ao ano de 1901, assinado por Fernando M. Bonilha Junior, presidente, e datado de 12 de janeiro de

1902, prestando contas das atividades do primeiro ano de vida da Associação, estão documentados os propósitos da entidade e o ânimo que preside à sua fundação (Bonilha Junior, 1902, p. 111):

... como sabeis, a um grupo de distintos professores, que de mais perto têm acompanhado as necessidades e interesses do professorado do Estado de São Paulo, se deve a iniciativa da fundação da nossa Associação, cujos fins, condensados em nossos Estatutos, são um reflexo grandioso e eloquente dos nobilíssimos sentimentos que animaram os seus fundadores.

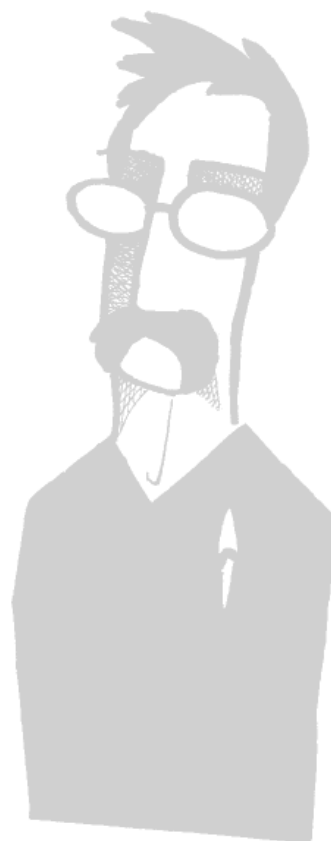
Por meio do relatório, somos informados de que a Associação fora criada oficialmente a 27 de janeiro de 1901, mediante a aprovação dos estatutos, por 34 membros fundadores.

## Ambigüidades e oscilações (1902-1904)

A ambigüidade a que vimos aludindo, expressa na aceitação e recusa do econômico, simultaneidade que é traço característico da constituição do campo educacional brasileiro, faz-se presente, desde o início, tanto na Associação, quanto na *Revista*.

Os responsáveis pelo periódico iniciam um processo em que se observa o deslocamento constante de focos, num discurso que fica marcado pela ambigüidade. Questões pedagógicas ou questões econômicas? Competência técnica ou probidade moral? Eis alguns pontos entre os quais vai oscilar o discurso dos representantes do professorado (Catani, 1989, p. 22).

Nesse discurso ambíguo convivem, em permanente tensão: primeiro, em um pólo, a explicitação das necessidades e interesses do professorado, que recebe abordagem a partir de questões voltadas para defender a causa dos professores e para delimitar os espaços legítimos da atuação profissional. Nesse pólo, surgem questões políticas sobre a neutralidade dos professores, questões relativas à disciplina, à inspetoria, aos vencimentos, assuntos referentes aos direitos e deveres sociais da categoria, à organização da rede de escolas, aos serviços de ensino,



às direções, à abordagem pedagógica de temas pedagógicos, etc.; segundo, e, em outro pólo, a exteriorização da representação, consoante a qual a defesa dos interesses do professorado constitui um "reflexo grandioso e eloqüente dos nobilíssimos sentimentos" dos distintos professores, visto que a própria profissão está marcada pelo signo do altruísmo sacerdotal, caracterizado por seriedade, nobreza e elevada importância. Isso predomina no discurso sobre o desinteresse do professor, verdadeiro tema transversal que corta indistintamente os discursos, mas igualmente presente na abordagem de temas tendentes à consagração dos vultos e à fixação das tradições.

## Desinteresse e *ethos* sacerdotal

Esses dois pólos, entre os quais oscilam os textos publicados na *Revista*, quase nunca aparecem isolados, puros, sendo mais comum a mescla. É corrente, em assuntos mais próximos do âmbito dos interesses, ou da especificação dos objetos legítimos da profissão, subitamente surgir, aparentemente sem nenhum propósito, uma seqüência laudatória do altruísmo e do desinteresse, como a marcar, pela repetição, a verdade quase transcendental do "sagrado dever". Nesse espírito, em artigo sobre os melhores métodos para a educação da memória, vemos João Pinto e Silva (1902b, p. 410) inserir o trecho a seguir, bastante característico tanto da retórica quanto da auto-imagem do professor na época: "E, na sua elevada profissão, no seu grandioso sacerdocio, desbravando os maninhos das inteligências, corrigindo-lhes os defeitos, o educador consciencioso e recto sorrirá feliz, vendo alvorejar nas inteligências que lhe foram confiadas, o rutilo clarão do saber".

A imagem do sacerdocio do professor também aparece em texto de João Chrysostomo Junior (1902, p. 171): "conscientes do nosso difficilimo e sublime sacerdocio"; em texto de Antonio R. Alves Pereira (1902, p. 645): "punhado de evangelisadores"; em artigo sem autoria ("A verdadeira...", 1903, p. 437): "obscuros missionarios devotados á causa do progresso"; em resenha de Carvalho (1904, p. 58): "abnegados levitas do ensino publico"; em versos de Pedro de Mello (1904, p. 42): "O templo é a escola; da instrução/ Sacerdotiza – a professora/(...)/

Ao novo culto se consagrou", só para citar alguns exemplos, e em artigo de Carlos A. Gomes Cardim (1902, p. 174-175), sob título "Deve-se ridicularizar o aluno perante a classe?"; neste, há a idéia de que a escola é a continuação do lar, sujeita, como o lar, a uma lógica diversa da do grande mundo, do interesse e dos negócios – coisas masculinas: "A escola, segundo a concepção moderna, é a continuação do lar". As mesmas relações (escola/lar/igreja/mestre/sacerdote) aparecem em "Go Ahead", de Alves Pereira. O trecho a seguir, cujas marcações são do próprio autor, é bastante característico tanto do *ethos* sacerdotal quanto da feminização do magistério paulista na época:

Sejam, pois, essas duas entidades – uma, o sacerdote, outra, a cathedral, igreja, em cujo altar se faz a celebração que tem por hostia a sciencia, o objeto dos nossos cuidados. Tornemos a escola realmente "*um ninho quente e perfumado*", onde os nossos filhos, as esperanças de nossa patria vão alegres receber carinhosamente os ensinamentos que formarão o cabedal com que mais tarde irão fazer a sua felicidade e a prosperidade do nosso querido torrão (Pereira, 1904, p. 390).

É perceptível, nos artigos publicados na *Revista*, uma marca bastante comum, predominante até, nos discursos educacionais da época: a prescrição (cf. Nagle, 1976). Prescrevia-se e normatizava-se muito, a partir do cenário de valores partilhados pelas figuras mais visíveis do campo, logo, capazes de consertar, muito embora sem intenção explícita, um discurso cuja eficácia repousa na orientação da ação dos leitores, ou seja, dos demais professores, mormente os não-produtores (cf. Bourdieu, Chartier, 1993). Outra marca visível do discurso é a exortação, usada freqüentemente como estratégia de transferir para o plano espiritual (desinteresse) os obstáculos materiais (interesse) enfrentados pelos professores – uma estratégia destinada a eufemizar os aspectos mais negativos da carreira (privações: baixos vencimentos, submissão política, etc.). Por exemplo, o editorial do n. 3, v. 1, assinado por J. Chrysostomo Jr., exorta os jovens professores a não vacilarem ante as dificuldades da "nobre missão" e cita palavras de Caetano de Campos, apeladoras dos sentimentos mais elevados de abnegação e idealismo, sem dúvida compensadores das carências materiais

crônicas da profissão: "Em vez de uma região fértil e cobijada, aponto-vos o tremedal hediondo em que chafurdam o vício e a miséria, de mãos dadas com o erro e a ignorância. Em vez de hosannas e riquezas, apenas vos prometto desilusões e fadigas" (p. 384-385). Outro texto de forte apelo exortativo é o de Gabriel Ortiz, "Garantias ao professorado II", no qual o autor insiste no seu tema predileto, a neutralidade do professorado. Nesse artigo, Ortiz cita exortação de Guizot aos professores da França. É oportuno transcrever a seqüência, pois contém todos os ingredientes do *ethos* sacerdotal de um discurso destinado ao enobrecimento de uma profissão que, na época, era percebida pelos agentes do próprio campo como de baixa rentabilidade econômica e de reduzidas gratificações simbólicas:

Sua glória consiste em nada pretender, além de sua obscura e laboriosa condição, de se exaurir em sacrifícios, que não são notados senão por aqueles que delles tiram proveito; de trabalhar, enfim, para os homens, e de não esperar recompensa nenhuma (Ortiz, 1902b, p. 929-930).

O tema da neutralidade do professorado – que era um móvel de lutas na época – presente nos textos de J. L. Robrigues e Gabriel Ortiz antes citados, também foi abordado pelo último em "Garantias ao professorado" (Ortiz, 1902a, p. 401-404), no qual critica a participação de professores na política e a instrumentalização da educação por políticos, sobretudo do interior. O que desse artigo aqui importa, por um lado, é a verificação de que se trata simultaneamente de um texto de delimitação do espaço profissional (a política aos políticos, a educação aos educadores) e um discurso de reconhecimento implícito da fraqueza da profissão no espaço das carreiras dominantes (professores manipulados, etc.), e, por outro lado, a crítica a professores que se submetiam às imposições partidárias. O autor condena os professores que "calculadamente procuram posições

incompatíveis com a dignidade do cargo [de professor]" (Ortiz, 1902a, p. 403). As recomendações que o articulista faz ao professorado sugerem disposições tais como: abnegação, sinceridade e imparcialidade (mais adequadas, na estrutura social da época, às carreiras femininas), opostas às disposições adequadas aos jogos propriamente econômicos e políticos, como o cálculo e o facciosismo partidário (que constituíam, na época, o universo masculino das carreiras dominantes).

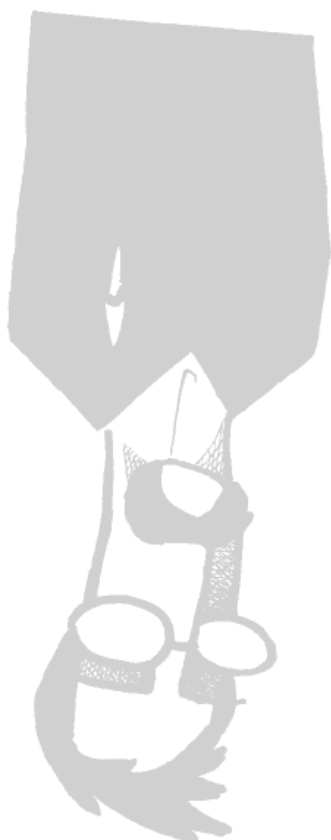
O sentimento de dignidade, aliado à percepção de que é injusta a recompensa material da "missão", associando num mesmo texto os dois pólos de aceitação e recusa do econômico anteriormente referidos, está presente no editorial assinado por Ramon Roca Dordal (1902, p. 835), quando este, ao criticar os par-

cos vencimentos da carreira, refere-se aos professores como os que "rendendo culto á dignidade, devem poder ser apontados como um exemplo". O autor põe-se como o porta-voz da humildade digna do professorado: "Não queremos muito, pedimos só que se nos concedam os meios de nos elevarmos e dignificarmos no conceito público – bem parca retribuição para quem dedica á mocidade, á esperança de nossa terra, todos os seus cuidados". Uma curta referência à biografia do articulista (Poliantéia..., 1946, p. 114) lança luz sobre as disposições que estão na base desse apelo modesto. Como era comum entre os professores da época, Ramon Roca Dordal teve trajetória difícil: aprendiz de tipógrafo em Madri, empregado desenhista na estrada de ferro Macaé-Campos e tipógrafo do *Jornal do Commercio*, chega a professor após diplomar-se tardiamente, aos 35 anos. As dificuldades na vida predispõem-no à modéstia e à humildade, formas decerto desesperadas de reconciliação com as adversidades.

Trechos que revelam disposições modestas entre o professorado paulista não eram incomuns na *Revista*: "do receso de minha obscuridade" (Carvalho,







1904, p. 58), "sahir da obscuridade em que vivo" (Ortiz, 1902b, p. 928), "meu insignificantissimo concurso" (Escobar, 1905, p. 537), ou essa enfiada de adjetivos, devido a Izidro Denser (1906, p. 776): "minha existencia microscopica, minha atividade insignificante, minha intelligencia mediocre". Ou, ainda, como candidamente diz Ernesto Lopes da Silva (1905, p. 525): "Não queremos luxo, não pretendemos fazer figura no mundo elegante, mas precisamos manter a decencia correspondente á nossa posição social". O trecho a seguir, de Carlos Escobar (1905, p. 557), revela simultaneamente o sóbrio realismo dos que avançam a custo na vida e as curtas perspectivas do professorado público, objetivamente enclausurado em posições da estrutura social da Primeira República que não autorizavam sonhos ambiciosos:

Si o Estado não pode remunerar generosamente os professores publicos, crie ao menos asylos para os orphans dos professores onde elles possam conquistar uma profissão, e dê preferencia ás viuvias para os empregos no telegrapho, no correio e nas secretarias.

## As modalidades do desinteresse

O desinteresse aparece explicitamente na *Revista* sob três modalidades marcantes. A primeira é, por assim dizer, do tipo científico, no sentido da abnegação difundida pelas descrições mais hagiográficas da comunidade científica. Assim, em "Lições de historia da civilização", J. E. Correia de Sá e Benevides (1902, p. 236) defende o estatuto de cientificidade da história invocando "leis, segurança dos methodos, certeza dos resultados e até o próprio desinteresse". Esse tipo de desinteresse aparece como um ideal a ser alcançado no tratamento dos temas pedagógicos passíveis de abordagem científica.

O segundo tipo indica um desinteresse geral, uma disposição que está na base das ações que não esperam pagamento. Na resenha "Um bom livro", João Bellegarde (1902, p. 87) comenta a sua própria apreciação positiva do livro resenhado:

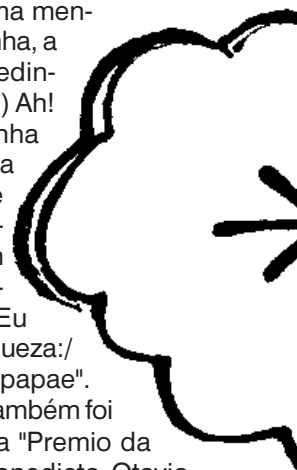
Outros [dirão], ser um *sermão de encomenda*; não, fazemo-lo de *motu proprio*, desinteressadamente e, como o grande Padre Vieira, diremos: "Pouco fez, ou

baixamente avalia sua acção, quem cuida que lh'a podiam pagar os homems".

É interessante observar que o resenhista invoca a irredutibilidade econômica de sua resenha, ação que, se paga, é de baixa valia, e ao mesmo tempo o caráter voluntário, livre e gratuito de seu comentário ao livro de um colega, caracterizando-se assim uma prestação social do tipo da dádiva. Esse mesmo tipo de desinteresse aparece também em "Honesto", de Jenny Maia (1904, p. 39), narrativa curta sobre uma criança que faz uma ação digna, mas sem esperança de elogios e presentes.

O terceiro tipo de desinteresse que aparece na *Revista*, este mais demarcado, sugere o oposto imediato do interesse econômico, ou seja, sugere o desinteresse econômico puro e simples, manifesto especialmente no desapego ao dinheiro, na piedade e na caridade, valores acumulados no cenário axiológico do espaço profissional dos educadores da época e que configuravam a taxa de câmbio reguladora das trocas entre as privações econômicas e políticas e as compensações simbólicas que advinham da proclamação pública dos sentimentos de alta dignidade. "A Moedinha", de Zalina Rolim (1902, p. 63-64), é um curto poema edificante, exortativo do desprendimento econômico e da caridade. Uma criança guarda a sua moedinha ("não a dou para ninguém") e, após fazer planos de como gastá-la com sabedoria e ainda economizar, muda de planos ao ver uma mendiga: "Uma velhinha, a coitada!/ Está pedindo um vintém/ (...) Ah! meus Deus! minha moedinha/ Que a minha vovó me deu!/ (...) Dou-lhe tudo... e com certeza/ Ela contente se vai.../ Eu tenho a minha riqueza:/ Tenho mamãe e papae".

A caridade também foi objeto do poema "Premio da caridade", de Benedicto Otavio (1902, p. 538-540): "Porque é mil vezes bendito/ o moço, a creança, o velho/ Que segue da esmola o rito/ Da caridade o evangelho!" A piedade foi objeto do poema "Os desamparados", de Francisco F. M. Vianna (1903, p. 263): "Eu tenho muita piedade/



De ver sosinhas na rua/ Essas creanças de idade/ Inda tão tenra e já nuas". Já "O Avaro", de João Pinto e Silva (1902a, p. 287-290), composto a partir das mesmas disposições antieconômicas, é um extenso poema condenando a voracidade econômica do avarento: "Creso mergulhado em ouro, na opulencia", cujo exclusivo propósito é "encher-se de milhões, embora arraste a vida/ escrava da ambição mais cega e desmedida". O rico é pintado com as cores mais sombrias, assustadoras até: louco, desvairado, macilento, esqualido, "escorre-lhe o suor em bagas, muito frio", indiferente ao próximo, à família e aos desgraçados. Um contraponto a essa infelicidade na riqueza aparece em "Uma família feliz", de Antonio Penna (1902, p. 302-307), narrativa curta sobre a felicidade na pobreza honrada e desambiciosa, cujo centro é a família de um professor (gênero expressivamente minoritário no conjunto doméstico, composto, além dele, da mulher e de uma filha).

## Ambigüidades e oscilações (1905-1910)

A partir de 1905, com o fim das subvenções oficiais, a *Revista* passa por mudanças bastante pronunciadas. É notável a diminuição das colaborações assinadas. Há a preponderância de textos não assinados, relatórios, pareceres de juristas, em geral versando sobre questões legais relativas à redução dos vencimentos e ao fim da vitaliciedade do professorado, trechos de debates no Congresso do Estado, excertos de livros, transcrições de matérias de jornais, discursos, conferências, etc. As seções ficam imprecisas. Aumenta o uso de abreviaturas para assinar os artigos. A linguagem dos editoriais fica mais acerba. No n. 6, v. 4, o editorial "De quem a culpa?" (1906, p. 834) combate a escola complementar – móvel de lutas na época – alegando que esta, ao diplomar "cinco levas de candidatos às cadeiras não providas", termina por "baratear o salário, *pelo excesso da produção* e fazer concorrência á escola normal". O editorial questiona: "De que vale um diploma, si não ha verba para remunerar o trabalho dos novos professores?" A tirada conclusiva é pesada: "Só mesmo em São Paulo ou na cachola dos legisladores e pedagogos de meia tigela". A ambigüidade na abordagem das questões

econômicas permanece presente, mas nessa fase a volta do pêndulo pende para o pólo dos interesses. Referências ao desinteresse e ao altruísmo do professorado, contudo, continuam a aparecer. Por exemplo, quando da substituição de João Lourenço por Oscar Thompson na Diretoria da Instrução Pública, lamenta-se com ironia as dificuldades políticas enfrentadas pelo demitido, que o impediram de fazer mais pela instrução pública: "o governo, atendendo a tanta competencia e a todos os esforços gastos pelo sr. João Lourenço por amôr ao ensino paulista, resolveu recompensar-lhe tamanho desinteresse e excessiva dedicacão, exonerando-o do cargo" (Inspectoria..., 1908, p. 45).

A carreira continua a ser classificada a partir de um conjunto de atributos que, embora aparentemente negativos, são usados para enobrecê-la: "profissão penosa", "embaraços e miserias da profissão", "espinhosos trabalhos", "melindrosa missão". Como aumenta a quantidade de publicações de discursos em ocasiões solenes, aumenta também a quantidade de mensagens exortativas, momentos ideais para a explicitação do *ethos* sacerdotal da profissão. Por ocasião da formatura da turma de 1904 da Escola Complementar Caetano de Campos, Arnaldo Barreto (1905, p. 654-660) profere discurso em que convoca os jovens professores à dedicacão e ao sacrifício, à resignacão e ao entusiasmo, lembrando as dificuldades que terão de enfrentar "no exercicio do sacerdocio" e recomendando aos jovens formandos "amor, caridade, altruismo, para bem vos fortalecerdes no desempenho de vossa sacrosanta missão". Outra exortacão aparece no discurso de Antonio Alves Aranha, quando da formatura dos alunos da Escola Complementar de Campinas, no qual o orador fala em sacrificio, missão, em "profissão de continua abnegação". O autor descreve a escola como "um ninho onde tua paternal solicitude acalentará os filhotes implumes". A profissão, prossegue o orador, é "uma viagem longa e cheia de incertezas", cujo guia, necessário para afrontar os "escolhos de preconceitos, nevoeiros de obscurantismo, gelos de indiferença, calmarias de desalento", só pode ser algo muito nobre e sublime, "um ideal elevado" (Aranha, 1907, p. 11-13).

Elementos do *ethos* sacerdotal da profissão continuam a aparecer, como já

mencionado. Em nota de falecimento, os professores são descritos como "os missionários das mais nobres ideias, pregoeiros da Republica, que levam a luz ao recesso mais sombrio das consciências, fazendo também brilhar o sol nas inteligências em trevas" (Falecimentos..., 1907, p. 34). Em discurso pronunciado na festa de inauguração do Grupo Escolar de S. Simão, a professora d. Maria Reis (apresentada como discípula de João Lourenço Rodrigues) refere-se à "ingrata profissão de educadora", e, após conclamações visando levantar os ânimos, conclui, dizendo: "Viestes, vós, vos postar, como o apóstolo, no limiar deste templo, para entregar ao seu abrigo sagrado, os innocentes, os ignorantes que irão receber do sacerdote a hostia sancta do saber" (Reis, 1907, p. 103-106).

Nessa fase, continuam a se fazer presentes os mesmos alvos de lutas da fase anterior: a escola complementar, os vencimentos, a regulamentação da profissão, o livro didático, etc., mas o surpreendente é que o próprio *ethos* sacerdotal da profissão, em torno do qual parecia haver uma sólida unanimidade, passa, pelo menos em duas ocasiões notáveis pela argumentação, a ser questionado. Em uma ocasião, de forma indireta, e, em outra, de modo frontal. Os dois textos a seguir comentados, quando lidos à luz dos esforços feitos, na época, em prol da autonomização do campo educacional, revelam as conquistas nos âmbitos da delimitação dos espaços de atuação e da construção do perfil profissional do educador. Em "Ensinar deve ser uma profissão" (1905, p. 662-665), artigo não assinado, o autor defende a especificidade profissional dos professores, compara-os a outros profissionais que, na época, já tinham suas prerrogativas reconhecidas, como médicos, advogados, farmacêuticos, etc. O articulista caracteriza o mestre a partir do saber específico "que o habilite a pôr em practica, mais ou menos conscienciosamente, a arte que lhe ha de dar os meios de subsistencia" (p. 664). O interesse desse artigo reside na completa ausência dos elementos do *ethos* sacerdotal quando da argumentação destinada à valorização da profissão, feita não a partir de argumentos que invoquem valores transcendentais, mas de raciocínios já propriamente profissionais. O autor pergunta: "porque as outras profissões liberaes são mais lucrativas e ainda

se consideram mais honrosas?" A resposta, segundo o articulista, é que as outras profissões reúnem uma maior quantidade de "homens de talento, dos quaes se tem exigido mais illustração (...) [e] elles têm sabido fazer valer os seus serviços profissionaes e têm sido, por isso, mais generosamente remunerados" (p. 664). O segundo artigo, esse mais polêmico, é intitulado "Onde o estímulo?" (1905, p. 695-696), e vem assinado com abreviatura. O autor começa, de modo enfático, a criticar a invocação amiúde feita pelos professores do sacerdócio por eles praticado:

Pretende-se que o professor primario seja um sacerdote, abnegado até a miseria, desprendido completamente de todo o movimento progressivo da sociedade, para dedicar-se unica e exclusivamente á educação da infância. (...) É inconcebivel que haja ainda individuos que assim pensem, neste seculo de positivismo, em que o idealismo piegas de remotas éras só pode alimentar a phantasia dos nescios! (Onde..., 1905, p. 695).

Após afirmar que o professor "deve alliar a uma solida instrução professional as boas qualidades moraes, taes como firmeza de character, força de vontade, bons sentimentos, etc., requisitos indispensaveis para bem desempenhar a sua nobilissima função social", o autor observa que "sendo elle um ser humano, não pode furtar-se ao dominio das leis biologicas e ás multiplas exigencias do meio social; d'ahi a necessidade de estímulo e da remuneração compensadora a esse que tão assignalados serviços prestam á sociedade" (Onde..., 1905, p. 695).

A partir dessa argumentação, que critica os apelos ao sacerdócio do professor e ao mesmo tempo põe a moralidade da profissão em termos laicos e as questões dos vencimentos em bases materiais, o articulista combate a redução dos vencimentos e a ausência de regulamentação profissional da carreira.

## **Interesse e desinteresse a partir da topografia do campo**

É conveniente, no esforço de apreender o estado do campo educacional paulista à época, com o propósito de lançar luz sobre o *habitus* dos professores, responder às três questões seguintes, pelo





menos aproximadamente e nos limites destas notas: a) onde os professores eram recrutados, ou seja, quais as origens sociais dos membros do magistério paulista; b) quais as posições que os principais colaboradores da *Revista* ocupavam no campo educacional e c) qual o envolvimento do professorado com os grupos socialmente dominantes.

Pode-se afirmar, a partir das biografias e das histórias das carreiras dos elementos mais atuantes e visíveis do campo educacional paulista na primeira década deste século, e que, portanto, deixaram rastros nos relatos destinados à consagração dos vultos (cf. São Paulo, s.d.; Melo, 1954; Poliantéia..., 1946), que os membros do professorado eram recrutados, em geral, nas camadas sociais dos "de baixo" e em famílias mais ou menos bem situadas, embora o provável declínio destas à época, em termos de capital econômico e social, tenha impedido que os seus herdeiros almejassem ingressar nas carreiras mais vantajosas. Essas eram, por conseguinte, as duas mais importantes vias de ingresso no campo educacional: de baixo para cima, cavando colocação, "furando", abrindo espaço, vencendo na vida (imigrantes ou filhos de, caixeiros, tipógrafos, órfãos, filhos de pequenos comerciantes, de professores, gente vinda do interior para a capital, gente com prévia no jornalismo, que às vezes constituía seu único pecúlio simbólico) ou de pouco mais ou menos em cima para baixo, ajustando-se a postos talvez incompatíveis com os sonhos pretéritos da família (herdeiros de famílias numerosas de comendadores, conselheiros, juízes, médicos, etc.).

Um forte indício das origens dos integrantes do professorado público de São Paulo à época dos educadores "à meia-luz" – origens modestas ou, quando de todo não modestas, com muito baixas perspectivas de alçarem os postos dominantes – consiste no fato de, com raras exceções, segundo as informações disponíveis, não terem passado pela Faculdade de Direito de São Paulo, considerando que esta instituição desempenhava, na Primeira República, papel central na formação do *habitus* dos membros da oligarquia paulista (Miceli, 1979, p. 34-35).

É preciso considerar que, se atualmente o sistema de ensino opera seleções tanto mais drásticas quanto mais se vai às





classes desfavorecidas, na Primeira República, as chances que possuíam os filhos dos "de baixo" (pequenos proprietários rurais, pequenos comerciantes, artesãos, professores primários, assalariados do comércio e da indústria, etc.) de ingresso no ensino superior eram extremamente reduzidas. A Escola Normal e a Complementar apareciam, assim, como opções viáveis, embora não isentas de sacrifícios, de ascensão social para esses agentes dispostos ao trabalho simbólico. Deve-se igualmente considerar que o campo educacional encontrava-se em expansão, devido às reformas da última década do século passado (que imortalizaram os nomes de Caetano de Campos e Gabriel Prestes), e absorvia satisfatoriamente agentes sem as qualificações escolares exigidas em outras carreiras dominantes. Ademais, o campo já possuía as suas próprias instâncias de qualificação e legitimação – a Escola Normal, instância mais tradicional e mais valiosa, e a Escola Complementar, recente e menos prestigiosa – cujos diplomas correspondiam, para o campo educacional, a mais ou menos uma chancela de nível superior, embora sempre fosse um lance arriscado diplomar-se pela Escola Normal ou Complementar, pois era um título com baixa taxa de conversão na bolsa de valores das carreiras dominantes (daí o fato de alguns agentes, com maiores trunfos, também tentarem o bacharelado em Direito ou Engenharia, as duas únicas vias de consagração escolar que podiam, na Primeira República, conduzir aos postos dirigentes – cf. Miceli, 1979). Dado que essa taxa de conversão fosse desfavorável aos diplomas do campo educacional, observa-se a tendência dos agentes da instrução pública a acionar estratégias destinadas a rentabilizar ao máximo o montante de capital simbólico do campo, e de cada agente, em particular, por derivação. Ou seja, ao dotar o campo educacional de atributos de alta dignidade, os agentes se dignificavam, por tabela, ao participar desses atributos e, por conseguinte, lutavam por tornar mais rendosos os diplomas – normalista ou complementarista – que eventualmente podiam também servir de caução na disputa pelos postos nas carreiras dominantes (em expansão, por força do processo de industrialização).

No eixo da constituição do campo educacional referente às posições ocupadas

pelos autores que vimos examinando, as informações são mais conclusivas: os mais ativos colaboradores da *Revista* e membros da Associação monopolizavam os melhores postos da carreira. Eram, por conseguinte, as figuras mais visíveis e mais representativas do campo educacional paulista na década de 1900 a 1910.

É perceptível que o apelo aos ideais de abnegação e altruísmo – elemento de uma estratégia de ocultação do interesse em nome de valores sublimes – aparece na *Revista* sob o signo da privação. Invariavelmente é, pois, sob a marca da carência econômica e política da profissão que o desinteresse é proclamado. O *ethos* sacerdotal dos professores em parte é explicado pela trajetória acidentada que os conduziu ao campo – trajetória em geral pontilhada de intensos esforços e privações, que os inclinavam a uma espécie de moralidade ascética e à boa vontade cultural peculiar aos pequenos poupadores simbólicos – e em parte pela relação dominada do campo educacional no quadro geral das carreiras dominantes da época. De fato, os professores partilhavam com os sacerdotes (baixo clero) a vizinhança das opções profissionais possíveis: ambas as carreiras implicavam a "perda simbólica dos atributos masculinos" de dominação (Miceli, 1977, p. 26), e tal perda era percebida como privação e representada por meio de juízos de elevada importância, espécie de gratificação simbólica destinada a compensar a baixa rentabilidade econômica e política da profissão.

## Considerações finais

O espaço profissional dos professores ocupava, no pólo dominante das estruturas sociais da República Velha, a posição limítrofe entre as carreiras percebidas e classificadas como masculinas (poder, comando, virilidade, negócios – entorno frio) e as percebidas e classificadas como femininas (submissão, carência, lar, ninho, cuidados, carinhos – entorno morno), lado a lado com a dos sacerdotes, e, com estes, os professores partilhavam as disposições que os faziam perceber seus espaços profissionais e os jogos simbólicos praticados na etapa de autonomização do campo educacional em São Paulo (lembrando que talvez tais reflexões sejam generalizáveis para todo o País), durante a

primeira década deste século, como dignos e desinteressados, quase sempre de forma ambígua, num discurso que realizava um movimento pendular entre o interesse econômico e o desinteresse simbólico. A vizinhança das posições entre professores e sacerdotes induzia os primeiros a lançar mão de mecanismos de enobrecimento profissional que sugeriam similaridades entre as duas carreiras (isso lança luz no fato de professores tanto insistirem no sacerdócio da docência).

As posições sociais dos colaboradores da *Revista* eram, em geral, como já observado, ascendentes, de origens "de baixo" (trajetórias acidentadas, trabalhadores manuais que ascendiam à carreira intelectual), de famílias de reduzido capital social (queixas de "perseguições odiosas", remoções injustas, etc.), mas também, e ocasionalmente, descendentes, professores oriundos de famílias decadentes que não conseguiam alocar seus herdeiros nos

melhores postos nas carreiras dominantes e que, por isso, enveredavam por opções profissionais mais modestas. Os professores que colaboravam mais assiduamente com a *Revista* e eram membros da Associação ocupavam ou viriam a ocupar os melhores postos na carreira docente, eram os elementos mais visíveis e, por conseguinte, os agentes dominantes no campo educacional, capazes da imposição legítima dos arbitrários mais legítimos; ocupavam, no entanto, posições dominadas no campo do poder (desconto de 15% nos vencimentos, perda das "vantagens e regalias" da corporação, manipulação por políticos, etc.).

Finalmente, é proveitoso observar que o estudo do estado do campo em São Paulo, no início do século XX, decerto lança luz nos estados subseqüentes e nas transformações sucessivas sofridas pelos jogos simbólicos praticados no campo educacional brasileiro.



## Referências bibliográficas

- ARANHA, Antonio Alves. Discurso. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 11-13, jun. 1907.
- BARRETO, Arnaldo. Discurso. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 654-660, jun. 1905.
- BELLEGARDE, João. Um bom livro. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 83-88, abr. 1902.
- BENEVIDES, J. E. Correira de Sá. Lições de história da civilização. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 235-246, jun. 1902.
- BONILHA JUNIOR, Fernando M. Relatório. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 111-114, abr. 1902.
- BOURDIEU, Pierre. *Réponses : por une anthropologie réflexive* (avec Loïc Wacquant). Paris : Seuil, 1992.
- \_\_\_\_\_. Un acte désintéressé est-il possible? In: BOURDIEU, Pierre. *Raisons pratiques : sur la théorie de l'action*. Paris : Seuil, 1994. p. 147-173.

- BOURDIEU, Pierre, CHARTIER, Roger. La lecture : une pratique culturelle. Débat entre Pierre Bourdieu et Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Pratiques de la lecture*. Paris : Éditions Payot & Rivages, 1993. p. 267-294.
- CARDIM, Carlos A. Gomes. Deve-se ridicularizar um aluno perante a classe? *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 174-179, jun. 1902.
- CARVALHO, O. Opiniões. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 58-59, abr. 1904.
- CATANI, Denice B. *Educadores à meia-luz : um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. Perspectivas de investigação e fontes para a História da Educação brasileira : a imprensa periódica educacional. In: CATANI, Denice B. *Ensaaios sobre questões de Ensino*. São Paulo, 1994. p. 43-53. Livre-Docência – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- CHRYSOSTOMO JUNIOR, João. Disciplina escolar. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 168-173, jun. 1902.
- DENSER, Izidro. Discurso. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 775-777, jan. 1906.
- DORDAL, Ramon Roca. Editorial. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 831-835, dez. 1902.
- ENSINAR deve ser uma profissão. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 662-665, jun. 1905.
- ESCOBAR, Carlos de. Ordenados. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 557, fev. 1905.
- ESCOBAR, José Ribeiro. Histórico da instrução pública paulista. *Revista de Educação*, São Paulo, v. 4, dez. 1933.
- FALECIMENTOS. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 34, jun. 1907.
- INSPECTORIA geral de ensino. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 45, dez. 1908.
- MAYA, Jenny. Honesto. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 39, abr. 1904.
- MELLO, Pedro de. Professora. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 42, abr. 1904.
- MELO, L. C. de. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo : Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Rio de Janeiro : Difel, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo : Perspectiva, 1977.
- NAGLE, Jorge. Discurso pedagógico : uma introdução. In: NAGLE, Jorge. (Org.). *Educação e linguagem : para um estudo do discurso pedagógico*. São Paulo : Edart, 1976. p. 11-42.
- OCTAVIO, Benedito. Premio da caridade. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 538-540, ago. 1902.
- OLIVEIRA, José F. *O ensino em São Paulo : algumas reminiscências*. São Paulo : Typ. Siqueira, 1932.



- ONDE o estímulo? *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 695-696, ago. 1905.
- ORTIZ, Gabriel. Garantias ao professorado. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 401-404, ago. 1902a.
- \_\_\_\_\_. Garantias ao professorado. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 928-932, dez. 1902b.
- PENNA, Antonio. Uma família feliz. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 302-307, jun. 1902.
- PEREIRA, Antonio R. Alves. Garantias ao professorado. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 645-648, out. 1902.
- \_\_\_\_\_. Go ahead! *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 389-392, out. 1904.
- PINTO E SILVA, João. O avaro. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 287-290, jun. 1902a.
- \_\_\_\_\_. Tese IX. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 405-410, ago. 1902b.
- POLIANTÉIA Comemorativa do Primeiro Centenário do Ensino Normal em São Paulo (1846-1946). São Paulo : Gráfica Bréscia, 1946.
- DE QUEM a culpa? *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 833-834, maio 1906.
- REIS, Maria. Discurso na festa de inauguração do Grupo Escolar de S. Simão. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 6, n. 5, p. 103-106, nov. 1907.
- ROLIM, Zalina. A moedinha. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 63-64, abr. 1902.
- RODRIGUES, João L. *Um retrospecto* : alguns subsídios para a história pragmática do ensino publico em São Paulo. São Paulo : Instituto Ana Rosa, 1930.
- SÃO PAULO (Estado). Inspeção Geral do Ensino. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (1909-1910)*. São Paulo : Augusto Siqueira & Cia, [s.d.].
- \_\_\_\_\_. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (1910-1911)*. São Paulo : Augusto Siqueira & Cia, [s.d.].
- SILVA, Ernestino Lopes da. Opinião. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 537-538, fev. 1905.
- \_\_\_\_\_. Opinião. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 525-528, fev. 1905.
- SILVEIRA, Carlos. Apontamentos para a história do ensino público em São Paulo. *Revista de Educação*, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 323-332, jun. 1929.
- A VERDADEIRA orientação. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 437-438, dez. 1903.
- VIANNA, Francisco F. M. Os desamparados. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 263-264, ago. 1903.

---

Recebido em 10 de agosto de 1999.

Gilson R. de M. Pereira, doutorando em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), é professor assistente da Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (URRN).

---

## **Abstract**

*Based on the analysis of some articles published in Revista de Ensino, organ from the São Paulo Public Teaching Charity Association, this study aims to demonstrate that the symbolic alchemy of showing conveniently a detachment and to proclaim disinterest obtained, for the educational area, the specific feature of the hidden interest in name of the sublime values, expressed in a refusal either veiled or clear, of the social life economic dimension. It was a strategic way suitable to the properly symbolic games practiced, in São Paulo State, during the constitution and autonomization process of the educational area.*

*Key-words: interest; value, academician; educational area.*

---